

O sal da laguna fluminense (1930/1955)

Walter Luiz Pereiraⁱ

Este trabalho busca analisar, a partir da temática do desenvolvimento, os desdobramentos da ação industrializante modernizadora na região salineira fluminense, no período de criação das principais instituições envolvidas na economia salineira. O eixo cronológico (1930/55) tem por base o trabalho de Sônia Regina de Mendonça, a partir das “opções” de desenvolvimento, no sentido de definir a ação do Estado em etapas distintas da industrialização a partir da década de 30ⁱⁱ. Nossa abordagem visa privilegiar as aplicações práticas de um projeto ideológico, que tentava superar, via industrialização, a fragilidade da economia brasileira, contribuindo para o processo de acumulação capitalista no país. Por outro lado, uma política de desenvolvimento configurava-se também, como uma tentativa inicial de enfrentar as precárias condições sociais existentes no Brasil. Esta pesquisa está voltada para uma investigação local sobre o desenvolvimento da indústria salineira em Cabo Frio, que utilizava matérias primas da laguna de Araruama, fundamentais para o desenvolvimento das indústrias de base no Brasil. A abundância do sal e do calcário (conchas) definiu a escolha do local para a implantação de unidades voltadas para a produção de bens ligados aos setores extrativos minerais e à indústria química.

A história da região salineira fluminense já foi abordada por historiadores como Geraldo Beauclairⁱⁱⁱ e João Marcello Giffone^{iv}. Entretanto, estes trabalhos tomam como eixo cronológico o século XIX. Há, portanto, uma escassez de pesquisas acadêmicas sobre o sal fluminense, que são praticamente inexistentes para o período republicano. Por outro lado, para a problematização do tema do desenvolvimento, temos uma série de trabalhos que abordam a questão. Entre estes trabalhos podemos citar autores como Raul Prebisch, Celso Furtado, Guido Mântega, Ricardo Bielschovsky, Sônia Regina de Mendonça, Francisco de Oliveira, entre outros. Esta pesquisa pretende, ao trabalhar com estes autores, dar uma dimensão

histórica às questões de natureza econômica, política e social, tomando as particularidades regionais no processo de modernização industrial, como objeto de estudo central.

Assim, propomos uma análise ampliada para o contexto regional, tomando como princípios fundamentais as relações entre Estado e Sociedade; entre Política e Sociedade e entre Sociedade e Economia. A perspectiva de trabalhar com um espaço delimitado pela aplicação prática de uma política de desenvolvimento aponta para uma análise mais ampla, dada a possibilidade de aproximação com a realidade histórica do lugar, com as empresas envolvidas, ainda ativas, com empresários, com trabalhadores, sindicatos, partidos políticos e instituições do poder local. O que se pretende, é uma abordagem mais abrangente, apontando para a totalidade da história.

O projeto industrializante materializou-se no município de Cabo Frio, onde foram e ainda estão instaladas a **Refinaria Nacional do Sal**, a **Companhia Salinas Perynas** e a **Companhia Nacional de Álcalis**, consistindo num parque industrial concebido e posteriormente modernizado, para tornar possível a dinamização da indústria salineira. A instalação desse parque industrial fez parte de um esforço do reaparelhamento econômico, definido pelo segundo governo Vargas.^v Muito embora nossa proposta seja valorizar a face modernizadora da industrialização, sabemos que as transformações ocorridas não conseguiram renovar todas as antigas estruturas produtivas. No entanto, nossa opção é pela possibilidade de apostar nos avanços das relações econômicas e sociais advindas de uma política de desenvolvimento. Portanto, impõe-se aqui, o debate sobre rupturas e continuidades.

Para modernizar sua produção foi necessário que a economia salineira recebesse a atenção do governo Vargas, dotando o setor com uma das instituições criadas neste período voltadas para fomentar o desenvolvimento dos setores produtivos nacionais estratégicos. O Estado Novo criou o **Instituto Nacional do Sal – INS^{vi}**. Esta instituição estava direcionada para atender o setor salineiro, para a mediação entre os interesses do capital e do trabalho e para contribuir na tentativa de cumprir as metas industrializantes.

A política intervencionista de Vargas daria um duro golpe no **Centro do Comércio do Sal Fluminense**, instituição representativa dos interesses comerciais monopolistas. A partir de então, a produção e a comercialização do sal e derivados, como um setor vital para a economia nacional, passaram a estar vinculadas ao controle do Estado. Agora, era o INS que definia as cotas e os preços do sal. Estava claro, então, que o Estado interviria na formatação do projeto de fortalecimento e crescimento da indústria nacional. Além do sal, outros produtos que formavam e assentavam a base da riqueza da nação passaram a contar com a atenção do Estado.

O governo, então, passou a baixar diretrizes para a modernização da indústria salineira com o intuito de dotar o setor de uma política industrializante. Uma das principais ações definidas sob responsabilidade do **Instituto Nacional do Sal**, foi a delegação do presidente da República, através do Decreto-Lei 5648 de 20 de julho de 1943, estabelecendo as bases para a implantação de uma fábrica de álcalis sódicos no Brasil, especificamente, a **Companhia Nacional de Álcalis**, em Cabo Frio. É interessante notar que o **Instituto**, enquanto entidade representativa do setor salineiro não estava envolvida exclusivamente com o sal. Entre as suas atribuições estava, também, a definição de políticas voltadas para a produção de outros produtos cuja matéria prima era extraída da laguna, como por exemplo, o calcário. A Segunda Guerra Mundial ameaçava de paralisação vários setores industriais, face ao colapso no fornecimento de produtos químicos. A decisão do governo Vargas estava voltada para um esforço na substituição de importações, que deixava patente a necessidade do país ser auto-suficiente na fabricação de soda cáustica e barrilha. Estes produtos necessitavam do sal e do calcário como matérias primas no seu processo de fabricação.

O processo de formação da empresa estatal foi longo. Não havendo interesse de empresas de capitais norte-americanos em investir na execução da planta industrial, a partir da finalização do projeto de instalação, pronto já nos primeiros anos da década de 1940, exatamente, uma década depois, em 06 de novembro de 1953, foram assinados os contratos com as empresas

francesas *Kreb e Cie-Ciave*, com o aporte de capitais estatais e internacionais. Além disso, o interesse militar foi decisivo para a construção da **Companhia Nacional de Alcalis** que seria inaugurada somente em 1960, dezessete anos depois da sua idealização.^{vii} Entretanto, a empresa representou uma das etapas da modernização industrial da região salineira fluminense, projetadas pelo governo Vargas.

A vertente modernizadora chegaria à **Companhia Salinas Perynas**. Esta empresa, inaugurada em 1930, foi administrada por Miguel de Oliveira Couto, governador do Estado do Rio de Janeiro. Sua planta industrial foi remodelada em 1955, quando a produção atingia um grau de desenvolvimento emblemático. Antes mesmo, a Companhia construíra e equipara uma estrada de ferro para levar o sal até o mar, no distrito de Arraial do Cabo. Para tanto, obteve permissão para construção de um porto – o Porto do Forno – onde foi possível receber os barcos de maior porte procurando expandir a comercialização do sal. Não parou por aí. Apoiada pelo Estado, a empresa passou por uma modernização marcante em seu processo produtivo. A virada significou um marco histórico na produção industrial brasileira de sal. Até então, dada a subordinação dos processos de evaporação do sal às condições climáticas favoráveis, a empresa implantou um novo sistema de produção industrial partindo das salmouras previamente concentradas nas salinas para a evaporação em instalações a vácuo. Inaugurada a nova unidade em 1955, a produção saltou de dezoito para sessenta mil toneladas de sal. A mudança radical no processo de transformação do sal não encontrou eco nas outras cento e vinte salinas espalhadas ao redor da laguna. Ali, os moinhos de vento e os pés descalços dos trabalhadores do sal ainda davam o tom, utilizando-se ainda, de formas produtivas arcaicas.^{viii}

A **Refinaria Nacional do Sal** foi outra unidade produtora de refino que veio instalar-se em Cabo Frio. Inaugurada em 1951, sua produção destinava-se a suprir a falta de um sal refinado de alto teor de pureza, até então inexistentes no país, que viesse atender as necessidades do mercado interno, não só no que diz respeito ao consumo alimentar direto, como também para

atender as indústrias alimentícias e farmacêuticas, que careciam deste produto. A produção de sal refinado a vácuo adicionava uma nova etapa na produção do sal, uma vez que a transformação do sal partia da salmoura, antecipando a cristalização do produto pelo processo natural, em semelhança ao modelo introduzido pela **Companhia Salinas Perynas**. O processo era uma forte inovação no sistema de fabricação do sal que na época só produzia sal grosso. A empresa foi modernizada em 1953, com uma instalação importada da Alemanha, cuja capacidade de produção chegava a cinquenta toneladas diárias de sal refinado, ou seja, dezesseis mil e quinhentas toneladas por ano.^{ix}

O que se depreende da modernização do parque industrial salineiro, neste período, foi o interesse do Estado em não só transformar a agroindústria, mas, também, o setor extrativo mineral. A transformação tecnológica na produção do sal e outros produtos derivados trazia ganhos de produtividade para obter preços mais baixos e auto-suficiência de um produto que se tornara estratégico. Por outro lado, fica claro que a modernização não impedia que o setor salineiro integrasse regimes de trabalho capitalista (na produção e refino do sal nas indústrias modernas) e pré-capitalista (na extração do sal nas salinas). A industrialização acelerada, característica do segundo governo Vargas, não mediu esforços para modernizar a indústria salineira, utilizando-se inclusive de recursos externos, financeiros ou tecnológicos. Dessa forma, podemos propor que houve uma simbiose entre uma economia capitalista e outra pré-capitalista, transformando a região num laboratório das relações entre o tradicional e o moderno.

Podemos sugerir, a partir dos dados iniciais, que nossa pesquisa aponta para uma análise da integralização do projeto de desenvolvimento na região salineira fluminense, que busca pela abordagem econômica um caminho para compreender as relações políticas e sociais no local. Não se pretende desenvolver um trabalho utilizando-se unicamente de um modelo econométrico ou “cliométrico”, e sim buscar elementos na política econômica, que ajudem na

análise das relações sociais de produção. Tudo isso, no intuito de permitir uma visão mais dinâmica da sociedade, tomando como referência a dimensão regional.

Segundo Josep Fontana, não podemos ter uma visão simplista de um processo de industrialização, no sentido de tomar as interpretações por um viés puramente economicista ou por modelos puramente econométricos e quantitativos. A história da sociedade exige que a análise de um modelo econômico tenha sua validade quando considerado dentro de um contexto mais amplo. Devem integrar à análise histórica, elementos da teoria da complexidade. Seria impossível compreender os modelos econômicos ignorando as forças políticas e sociais inseridas neles. Nesta linha, Fontana minimiza as variáveis estritamente econômicas numa pesquisa histórica, afirmando que as vias de progresso industrial não passam necessariamente ou exclusivamente pela fábrica. Assim, não há como separar a política da economia ou a sociedade da economia.^x Por esta via, pelo retorno à realidade concreta, Josep Fontana defende a volta de uma história econômica que passe a integrar os dados estritamente econômicos com os dados do contexto político, cultural e social, deixando abertos os caminhos pelos quais esta história possa tratar do tema do desenvolvimento e da industrialização de forma a melhor compreender a dinâmica do crescimento econômico.

Por fim, é necessário observar que o desenvolvimento industrial começou a operar uma série de transformações na sociedade local. Desde a década de 1930, com a construção do porto, a cidade já passava a contar com agentes históricos que modificaram o cenário social. A presença de trabalhadores que chegavam à região para ocupar novos postos de trabalho em setores como o setor portuário e, posteriormente, o da indústria química, passava a incomodar as elites locais. O cabofriense e proprietário de salinas Hilton Massa, cuja família editava o jornal “*A coluna*”, órgão representativo das oligarquias locais e do Partido Republicano Fluminense, chama a atenção para a atuação, em Cabo Frio, de um sindicalismo voltado para o campo *assistencialista* e para as *reivindicações salariais*, que passara a ser infiltrado por correntes mais progressistas que chegavam à cidade, uma delas voltada para o socialismo que

“tentou insuflar na massa operária as tendências socialistas e anticlericais”, como o aliciador José Casemiro, nordestino de Maceió, representante da Confederação Libertadora da Terra e do Homem.^{xi}

A industrialização da região contribuiu para a instalação de diversos sindicatos, favorecendo a criação de uma consciência de classe. Instalou-se em Cabo Frio um sindicato dos estivadores, um representando os trabalhadores das salinas, e outro para os trabalhadores da indústria química.^{xii} O crescimento do número de operários fez emergir lideranças sindicais que desempenharam um papel significativo na política. O quadro partidário se ampliava com o aparecimento de partidos que tiveram expressão local, como o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, o PSB – Partido Socialista Brasileiro, que incorporavam em suas fileiras lideranças sindicais que tiveram atuação efetiva neste período. Portanto, podemos apontar para a emergência de uma sociedade civil organizada em partidos políticos e sindicatos, que acompanhou as transformações ocorridas na região pela política de desenvolvimento levada a cabo pelo Estado.

O sal e outros produtos derivados da exploração mineral da Laguna de Araruama foram produtos estratégicos para o desenvolvimento econômico nacional e foram fatores determinantes para a constituição de uma sociedade que surgiu ao redor da laguna, região de colonização antiga que carece de uma historiografia de maior complexidade.

ⁱ Professor Assistente da Universidade Veiga de Almeida – campus Cabo Frio – RJ; Doutorando em História no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense.

ⁱⁱ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1985 e MENDONÇA, Sônia Regina. *As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à industrialização*, in: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1996. Maria Bárbara Levy, na introdução de *Estado e economia* faz referências ao primeiro período como uma política do desenvolvimento corporativista.

ⁱⁱⁱ BOUCLAIR, Geraldo. Sobre o sal: das comunidades indígenas às organizações salineiras da Lagoa de Araruama. *Revista A Margem*. Niterói, RJ, n.º 1, ano 1, 1993. Ver também, do mesmo autor, *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense (1808/1860)* Rio de Janeiro, Studio F & S, Editora, 1992.

^{iv} GIFFONE, João Mercello. *Sal: um outro tempero do Império*. Rio de Janeiro, Arquivo Público/ FAPERJ, 2000.

^v O Congresso Nacional autorizou entre 1951/1, um Fundo de Reparcelamento Econômico, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)

^{vi} O INS foi criado no Estado Novo pelo Decreto-lei 2300 de 10 de junho de 1940.

^{vii} *Álcalis: bases do progresso*. Rio de Janeiro, Companhia Nacional de Álcalis, s/d (impresso pela empresa na década de 1960) – acervo industrial.

^{viii} *Companhia Salinas Perynas – 50 anos – Boletim Informativo*. 1980.

^{ix} Informações históricas apresentadas pela empresa.

^x FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru, Edusc, 2003. p-261-308.

^{xi} MASSA, Hilton. *Cabo Frio histórico político*. Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, 1980.

^{xii} A documentação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Salineira de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Araruama, fundado em 1949, foi tratada e organizada recentemente, por integrantes do projeto “Trabalhadores do sal”, ação conjunta da Câmara Municipal de Cabo Frio, da Prefeitura Municipal de Cabo Frio e da Universidade Veiga de Almeida – *campus* Cabo Frio, sob a minha coordenação e da professora Fernanda Barbosa Pereira. O acervo consta de duzentas pastas, livros e documentos diversos.